

Rio de Janeiro, 13 de março de 2015

GE-CORP/AR 0046/2015

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA

Dr. José Bismark Vianna de Souza – Conselheiro Presidente

Av. Treze de Maio, Nº 23 / 23º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.031-902

Assunto: Consulta Pública: Estímulos para a interiorização da distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio de Janeiro, por meio do gás natural comprimido - GNC

Referência: PROCESSO Nº E-12/003.405/2014

Prezado Senhor,

A proposta colocada em Consulta Pública tem como objeto a criação de uma parcela adicional nas tarifas limites, denominada de Encargo Tarifário GNC, correspondente aos custos de compressão, transporte e descompressão de projetos de GNC, não previstos no plano quinquenal das concessionárias, de modo a repassar a todos os usuários dos serviços locais de gás canalizado os custos do GNC incorridos pelos usuários abastecidos nesta modalidade.

O efeito pretendido é fazer com que os usuários atendidos por GNC tenham a mesma tarifa que os usuários que têm acesso à rede de gasodutos de distribuição, embora os primeiros possam incorrer em custos maiores, caracterizando-se um subsídio entre ambos.

Primeiramente, não está clara a regulamentação deste assunto, já que a proposta apresentada refere-se apenas ao cálculo do encargo. Antes disso, faz-se necessária a regulação de uma etapa anterior, qual seja, a avaliação da viabilidade e do impacto tarifário para a implantação de um projeto de GNC que venha a ser solicitado por um usuário ou grupo de usuários.

Sem esta etapa de avaliação e aprovação, projetos de elevado custo poderão ser implementados, visto que há a possibilidade de qualquer município ou usuário em particular solicitar o atendimento via GNC e, independentemente dos custos, estes poderão ser repassados para todos os demais usuários, sem qualquer



análise mais aprofundada sobre a viabilidade econômica do projeto, consideração sobre os investimentos prudentes e impacto tarifário, o que poderia gerar prejuízos para os demais usuários dos serviços locais de gás canalizado. A expansão do suprimento de gás natural não deve ser feita a qualquer custo.

Dessa forma, faltam ser estabelecidos de maneira transparente os critérios técnico-econômicos para avaliar a viabilidade da implantação de um projeto de GNC, motivo pelo qual, além da proposta de cálculo do encargo, solicitamos que a AGENERSA apresente os critérios de viabilidade que deverão justificar a implantação de projetos de GNC submetidos à aprovação da agência e, em seguida, seja aberto novo prazo para consulta pública, a fim de que a sociedade possa manifestar-se acerca de tais critérios, considerando o relevante impacto que os mesmos poderão trazer para as tarifas de todos os usuários.

Portanto, tais critérios devem ser abordados em consulta e audiência públicas específicas, a serem realizadas anteriormente à aprovação de qualquer investimento para atendimento de localidades por meio de GNC.

Quanto aos recursos para a implantação dos projetos de GNC não previstos na revisão tarifária, a fim de não onerar os usuários, entendemos que tais recursos devem ser provenientes do montante que as concessionárias deverão pagar ao Poder Concedente a título de contraprestação pela alteração de obrigações assumidas pelas concessionárias, previsto no Terceiro Termo Aditivo aos Contratos de Concessão celebrados em 2014.

No nosso entendimento, estes recursos deveriam ser revertidos para a modicidade tarifária e utilizá-los para o custeio do GNC seria uma forma de fazer isto, considerando que os usuários não poderiam ser onerados por uma ineficiência das concessionárias na implantação das redes de gasodutos de distribuição, previstos no termo aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 04 de agosto de 2005.

Contudo, da maneira como o Terceiro Termo Aditivo foi celebrado, os montantes pagos a título de contraprestação serão direcionados ao Estado e não revertidos para a modicidade tarifária. Ademais, estes valores deverão ser considerados como ativo intangível das concessionárias e serão considerados na base de cálculo da remuneração dos ativos para efeitos de fixação e revisão das tarifas.

Dessa forma, o Terceiro Termo Aditivo provoca dois efeitos. O primeiro é deixar de utilizar os montantes pagos a título de contraprestação para a modicidade tarifária. O segundo é contribuir para o aumento das tarifas futuras ao considerar tais valores como ativos intangíveis que irão compor a base de cálculo das tarifas



Cumpre salientar que as UTEs da Petrobras são atendidas por ramais específicos não conectados na rede das concessionárias. Entretanto, não obstante a Petrobras possua registro em relação a tais UTEs, como Autoprodutora e Autoimportadora de gás natural, fazendo jus, portanto, a uma tarifa específica nos termos da Lei nº 11.909/09 (Lei do Gás), a mesma continua a ser onerada pelas margens a que tais unidades são submetidas, uma vez que até o momento não foi reconhecida pela AGENERSA a especificidade tarifária.

A inexistência da especificidade tarifária no Rio de Janeiro faz com que as UTEs subsidiem os custos da rede de todos, situação que entendemos ser contrária à Lei do Gás. O Encargo Tarifário GNC proposto pelas concessionárias, seria mais um subsídio a onerar as UTEs que, por sua característica de consumo, não podem ser atendidas por GNC.

Assim, defendemos que, na hipótese de ser admitida pela AGENERSA a cobrança do Encargo Tarifário GNC (não obstante os argumentos contrários exposto acima), este deve ser subsidiado por integrantes de uma mesma classe de usuários, visando assegurar a isonomia entre os usuários dos serviços locais de gás canalizado.

Nesse sentido, inclusive, é o que determina expressamente a própria Lei estadual nº 6.648/13, em seu artigo 1º, II:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a introduzir os estímulos necessários e cabíveis, para que as Concessionárias de Gás Canalizado do Rio de Janeiro, CEG e CEG RIO, possam continuar desenvolvendo o Gás Natural Comprimido - GNC em áreas onde não existem redes de distribuição.

(...)

II - Qualquer cliente, nas respectivas áreas de concessão, que opte por ser suprido, por GNC, diretamente pelas Concessionárias, deverá ter tratamento semelhante, dentro de sua Classe de Clientes, a um cliente que esteja ligado diretamente à rede das Concessionárias ficando o cliente livre para decidir por ser suprido diretamente pela respectiva Concessionária ou por Distribuidor de GNC autorizado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP. (grifamos)

Deste modo, caso seja mantida a proposta de subsídio apresentada, o Encargo em questão não deve ser repassado às UTEs pelos motivos expostos acima, sob pena de violação à disposição legal supratranscrita .

Neste sentido, o custo de um projeto de GNC deverá ser rateado dentro da classe



de consumo ao qual ele pertence. Ou seja, se um cliente comercial solicitou o GNC, por exemplo, que apenas os demais usuários do segmento comercial arquem com estes custos.

Desde já a Petrobras agradece a atenção e se coloca à disposição para prestar eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,



Dean William Moraes Carmeis
Gerente de Assuntos Regulatórios
Gás e Energia Corporativo

Não há anexo(s)